

7.08.01 - Educação / Fundamentos da Educação.

O MARQUÊS DE POMBAL E A INSTRUÇÃO PÚBLICA NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

Nayara Stefanie Mandarino Silva^{1*}, Elaine Maria Santos²

1. Graduada em Letras Português-Inglês pela Universidade Federal de Sergipe (UFS)

2. Professora do Departamento de Letras Estrangeiras da UFS/Orientadora

Resumo

Considerando as dicotomias que perpassam os estudos acerca do pombalismo e o pouco volume de estudos sobre esse período, torna-se necessária uma renovação nos estudos pombalinos. Esta pesquisa considera essa problemática e, voltando-se especificamente à instrução pública, objetiva localizar e identificar, em publicações em periódicos e livros da historiografia da educação brasileira, as fontes utilizadas pelos autores; realizar o levantamento de escritos pombalinos relacionados à educação, com atenção para a língua e a literatura; c) contribuir com a renovação crítica dos estudos pombalinos. Para tanto, são analisadas, a partir de conceito de representação e pelas fontes usadas, 245 publicações, que foram selecionadas após um levantamento.

Palavras-chave: pombalismo; reformas na educação; livros e periódicos.

Introdução

Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, foi ministro de Portugal entre 1750 e 1777. Durante esse tempo, ele promoveu reformas em diversas áreas, como a educação, em um movimento ideológico denominado pombalismo – marcado pelo iluminismo português, de essência reformista e progressista, ligado ao catolicismo (CARVALHO, 1978; MAXWELL, 1996).

No Brasil, os estudos na área de História da Educação, que foi reconhecida como disciplina científica no fim do século XIX, passam a crescer numericamente a partir de 1986. Entre os períodos pesquisados, nota-se o pouco volume de trabalhos que versam sobre a fase colonial e a pouca importância atribuída ao período por autores brasileiros. Levantamentos da historiografia ainda sugerem a prevalência de dicotomias, no sentido de haver exaltação ou desvalorização das reformas pombalinas em detrimento das ações jesuítas (FONSECA, 2009; VIDAL; FARIA FILHO, 2003).

Autores como Alves (2005) ressaltam a necessidade de superar as ‘caricaturas ideológicas’ percebidas na historiografia referente ao pombalismo. Fonseca (2009), por sua vez, destaca a importância e a carência de levantamentos e identificação de fontes, para que haja uma renovação de estudos sobre esse período. Esta pesquisa lida com essa problemática e busca contribuir de forma crítica com a referida renovação. Trata-se dos resultados do estudo desenvolvido entre 2019 e 2020 no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) na UFS, ligado ao projeto que busca localizar e identificar todos os escritos sobre Pombal, a ele dirigidos ou de sua autoria. A investigação, conduzida por pesquisadores de diversas áreas e instituições do mundo, incluindo a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL) e a UFS, prevê a publicação de 32 volumes com a obra completa, atualizada e criticamente anotada acerca de Pombal.

Esta pesquisa trata, especificamente, das ações pombalinas referentes à instrução pública. Objetiva-se: a) localizar e identificar, em publicações em periódicos e livros da historiografia da educação brasileira, as fontes utilizadas pelos autores; b) realizar o levantamento de escritos pombalinos relacionados à educação, com atenção para a língua e a literatura; c) contribuir com a renovação crítica dos estudos pombalinos.

Metodologia

A partir da década de 1970, um movimento surge em resposta aos estudos pautados em macromodelos, a microanálise. Defende-se a consideração de particularidades e de relações de poder (TEIXEIRA *et al.*, 2014). Seguindo essa tendência metodológica, ganha espaço a Nova História Cultural (NHC) – sendo o ‘nova’, adjetivo problematizado por autores como Burke (2008), uma forma de enfatizar as mudanças referentes às práticas até então recorrentes e de marcar uma nova fase na história cultural. É na NHC que este estudo está pautado. Burke (2008) explica que não há uma forma única de praticá-la, porém, alguns conceitos são centrais, como o de representação. Entende-se que a neutralidade e a objetividade completa são impossíveis nos estudos históricos, pois o pesquisador produz os fatos relatados a partir de sistemas de representação socialmente construídos. Chartier (2002) ainda ressalta a produção dos textos, que não podem reportar transparentemente um acontecimento ou ser lidos de acordo com as intenções do autor, e o processo de impressão, que pode resultar em mudanças significativas. Para contribuir com a renovação dos estudos pombalinos, a representação foi a categoria de análise escolhida, pois, considerando as dicotomias e caricaturas ideológicas, ela proporciona a compreensão dos significados (re)produzidos na historiografia.

Hall (2016) define representação como a construção de sentidos por meio da linguagem. Esse processo está, ainda, ligado a sistemas de representação que, por sua vez, se relacionam com as culturas. É na organização do que percebemos no mundo em mapas conceituais e suas correspondências com os signos

que representamos – e construímos a realidade. Essas representações informam práticas e vice-versa.

No que diz respeito aos procedimentos metodológicos, primeiro, houve um levantamento de publicações em periódicos e livros de pesquisadores ligados a universidades brasileiras (foram incluídos textos com coautores portugueses). A pesquisa foi feita na plataforma de Periódicos CAPES e no Google Acadêmico, por meio das palavras-chave ‘reformas pombalinas’, ‘reformas pombalinas na educação’, ‘Marquês de Pombal’ e ‘pombalismo’. Dos 498 trabalhos catalogados, foram selecionados os que tratavam da instrução pública - 245 (49.2%) textos. Estes foram analisados pelas representações, em um processo que consistiu no destaque de citações que as evidenciassem e no posterior agrupamento de representações semelhantes. O próximo passo, almejando a identificação de fontes, ocorreu com a checagem das referências de cada texto. Elas foram agrupadas, com base em Alves (2005), em obras clássicas, fontes documentais e historiografia (subdividida em teses e dissertações, publicações em periódicos e livros, dicionários e biografias). Além disso, foram localizadas on-line e estudadas as peças legislativas pombalinas e, entre elas, foram destacadas as referentes à educação – com destaque para língua e literatura.

Resultados e Discussão

Oliveira (2010) afirma que, de modo geral, a legislação pombalina emprega estratégias discursivas para a construção narrativa de uma nação, baseada na recuperação de um passado imaginado e na promessa de um futuro próspero. É identificado, ainda, o antijesuítismo, sendo os jesuítas culpabilizados pelo atraso no desenvolvimento de Portugal. A instrução, colocada como meio para chegar à iluminação, é entendida de forma utilitária, uma vez que visa à formação de comerciantes e de funcionários para o Estado. Além disso, de acordo com Saviani (2005), as reformas seguem, sem romper com a Igreja, uma pedagogia do humanismo racionalista.

Posterior ao estudo das peças legislativas do período pombalino, foram destacados: o Diretório de 03 de maio de 1757, cujos efeitos foram ampliados para todas as colônias com o Alvará de 27 de agosto de 1758, que torna obrigatório o uso do português nas escolas e decreta a criação de duas escolas públicas em cada povoação – uma para meninas e outra para meninos, onde aprenderiam o que era apropriado para seus respectivos sexos –; o Alvará de 19 de maio de 1759, que confirma as Aulas de Comércio, previstas no Alvará de 12 de dezembro de 1756 e propostas no Alvará de 19 de abril 1759, e estabelece seus estatutos, visando à formação de ‘negociantes perfeitos’ e enfatizando o ensino de aritmética; o Alvará de 28 de junho de 1759, que encerra as atividades dos jesuítas na educação, cria aulas de latim, grego, hebraico e retórica, obriga o uso do ‘método antigo’ (ensino simplificado de gramática e ênfase em exercícios de prática) e estabelece a função de Diretor de Estudos; o Alvará de 11 de janeiro de 1760, que estabelece exames necessários para o exercício da profissão de professor; a Carta de Lei de 07 de março de 1761, que transforma o Colégio das Artes em Colégio Real dos Nobres e estabelece seus estatutos, além de permitir o uso de português, inglês, francês e italiano e proibir o uso de latim; a Lei de 05 de abril de 1768, que cria a Real Mesa Censória, responsável pela decisão de (não) permitir o uso e circulação de livros; o Alvará de 30 de setembro de 1770, que determina o ensino da gramática do português por seis meses antes do estudo de latim, recomendando o uso da *Grammatica Portugueza* de Reis Lobato; a Carta Régia de 23 de dezembro de 1770, que cria a Junta de Providência Literária para analisar os problemas da Universidade e propor soluções; o Alvará Régio de 18 de agosto de 1772, que estabelece os estatutos do Real Colégio de Mafra, sendo previsto o ensino de português, italiano e inglês; a Carta Régia de 28 de agosto de 1772, que confirma o *Compêndio histórico da Universidade de Coimbra* (1771) e, além de ratificar os estatutos de alguns cursos, recomenda o ensino de línguas vivas para o curso Matemático e o Médico; a Lei de 06 de novembro de 1772, que cria novas Escolas de Estudos Menores e trata da função de Mestre; e a Lei de 10 de novembro de 1772, que define um imposto cujas arrecadações devem ser usadas para as escolas públicas (HILSDORF, 2005; PORTUGAL, 1830; 1858).

No que diz respeito ao levantamento, foram encontrados artigos (212), livros (16), resenhas (14), resumo (1), nota de leitura (1), e acervos e documentos (1). As publicações datam de 1968 a 2019, sendo 2016 e 2019 os anos com mais resultados (29 cada), o que se deve, entre outros fatores, à promoção de números temáticos em revistas. Nota-se, a partir de 2006, um crescimento no número de textos, em comparação aos anos anteriores, o que pode indicar maior interesse de pesquisa sobre o período pombalino e/ou pode se dever ao fato que o levantamento foi feito on-line. Além disso, os autores são de diversas áreas, com destaque para Educação (155), História (43) e Letras (12). 88.17% deles estavam vinculados a universidades públicas, 10.2% a privadas e 1.63% não possuíam vínculo institucional.

As pesquisas sobre o pombalismo são marcadas por representações dicotômicas - os antipombalistas e os filopombalistas – que começam a se delinear no reinado de D. Maria I (FRANCO; RITA, 2004). Em estudos anteriores, são encontrados três grupos de interpretações:

Uma primeira corrente tem considerado a acção de Pombal como catastrófica para o País, que precisa ser defendida contra governantes da sua natureza ou ideologia. Outra toma-o como o percussor do laicismo anticlerical; ele teria, por essa via, posto o ‘dedo na ferida’ quanto às causas da decadência de Portugal. Portanto, para remover essa decadência, era preciso ‘continuá-lo’. Problemas práticos julgam os autores. Uma terceira corrente (onde toma posição corajosamente Camilo Castelo Branco) entendia que Carvalho e Melo deve ser ‘julgado’ quanto aos meios de governo que praticou e ao conteúdo da sua actividade, no que se refere à ligação desta com a moral (MACEDO, 1983 *apud* FRANCO; RITA, 2004, p. 24-25).

Os oito grupos de representação emergentes nesta pesquisa – que serão apresentados do menos ao mais recorrente – não se distanciam totalmente dos resultados de Macedo (1983 *apud* FRANCO; RITA, 2004). No grupo 1, Pombal é colocado como unificador da linha das Tordesilhas e, mais frequentemente, do território brasileiro, havendo menção à unificação linguística (com a imposição do português). O grupo 2 inclui a associação de Pombal à libertação dos índios da escravidão. Constam, no grupo 3, as representações de Pombal como criador da escola pública no território brasileiro e, segundo uma ocorrência, no Ocidente. No grupo 4, por sua vez, estão as representações das reformas pombalinas na educação como revolucionárias e renovadoras. No grupo 5, Carvalho e Melo é, ainda, caracterizado como eficiente, competente e meritoso na obtenção de seus títulos (de Conde de Oeiras em 1759 e de Marquês de Pombal em 1769). Nesse grupo também aparecem contrastes com o rei D. José I – entendido como inseguro – e com jesuítas – dominadores do território brasileiro, que foi ‘salvo’ graças à eficiência de Pombal. O grupo 6 inclui as representações de Pombal como modernizador, chegando a ser descrito como ‘à frente de seu tempo’. Já no grupo 7, segundo com mais recorrências, consta o entendimento de que as reformas pombalinas foram um retrocesso para a educação, com a destruição de um sistema de ensino (o jesuíta) em favor de um ineficiente, fragmentado e a serviço do Estado. O oitavo e último grupo, com as representações mais frequentes, descreve Pombal como poderoso e centralizador, sendo associado por vezes à violência. Houve, cabe ressaltar, representações que não se encaixavam nos grupos e não eram semelhantes entre si para que um novo agrupamento fosse possível.

O ministro buscou utilizar seu poder para (re)produzir representações que favorecessem sua imagem. Teixeira (1999, p. 47) estuda como isso foi feito na literatura, especialmente por meio de dedicatórias, e define o ‘mecenato pombalino’ como “a propagação do ideário pombalino [...] que implica o propósito de fortalecer o poder pela adesão integral dos súditos da Coroa, isto é, por uma ampla campanha de produção de opinião pública, que envolveu a imprensa e as artes em geral”. Apesar de tais esforços, continuaram em circulação textos que criticavam suas ações.

Quanto às fontes utilizadas, de forma geral, percebe-se que, em publicações que tratam de trajetórias de disciplinas, alguns autores não referenciam estudos especificamente voltados ao período pombalino, mas textos que abordam a história da educação no Brasil de modo abrangente.

Em se tratando do agrupamento das fontes, em obras clássicas, constam as obras de autores que participaram dos acontecimentos na época ou que, sendo anteriores às reformas pombalinas, se relacionam a elas. Os textos nesse grupo foram usados tanto como fontes diretas (sendo foco da análise) quanto indiretas (quando o objetivo recai sobre peças legislativas ou reformas específicas, por exemplo). Os autores mais citados são, respectivamente, Antônio Nunes Ribeiro Sanches – com destaque para *Cartas sobre a educação da mocidade* – e Luís Antônio Verney – especialmente com *Verdadeiro Método de Estudar*, maior influência pedagógica das reformas pombalinas, de acordo com Maxwell (1996).

As fontes documentais, por outro lado, são mais usadas como fontes diretas e incluem peças legislativas – mais recorrentes, especialmente o Alvará de 28 de junho de 1759 –, cartas e correspondências, compêndios, arquivos pessoais, inventários, notícias, mapas, informes, editais e relatórios. Os dados também corroboram a afirmação de Fonseca (2009) de que as reformas pombalinas são mais frequentemente estudadas de forma geral, uma vez que foi notado um baixo volume de fontes locais (por exemplo, relatórios que evidenciassem como as reformas se deram em localidades específicas). Constatou-se, além disso, que somente cerca de 25% dos textos incluem fontes documentais e que muitos autores apresentaram dificuldades na hora de referenciá-las, o que pode dificultar a localização das fontes por outros pesquisadores. No que diz respeito à localização dessas fontes, algumas constam em anexos de outras publicações ou em coleções de fontes, assim como há as que podem ser encontradas em bibliotecas presenciais e as disponibilizadas on-line.

Por fim, o último grupo, historiografia, reúne o maior número de referências, aparecendo em 100% dos textos analisados. Quanto aos subgrupos, as teses e dissertações – em que também são incluídos relatórios de iniciação científica – são as menos citadas, o que pode se dever ao fato de muitos autores publicarem os resultados dessas pesquisas em livros e/ou artigos. O estudo mais referenciado é a tese de doutorado de Luiz Eduardo Meneses de Oliveira, *A instituição das línguas vivas no Brasil: o caso da Língua Inglesa (1809-1890)*, defendida em 2006. No que diz respeito às biografias, a mais recorrente é *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo* (1996), de Kenneth Maxwell. Os dicionários, por outro lado, aparecem de forma mais difusa, não havendo concentração no número de citações de nenhuma obra. O último subgrupo, publicações em periódicos e livros, especialmente os últimos, contém mais referências entre todas as fontes. O autor mais recorrente é Laerte Ramos de Carvalho, particularmente *As reformas pombalinas da instrução pública* (segundo texto mais citado). Já a obra mais mencionada é *A cultura brasileira*, de Fernando de Azevedo. Destacam-se, também, Antônio Alberto Banha de Andrade, com *A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil*, e Francisco José Calazans Falcon, com *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*.

Conclusões

As reformas pombalinas na instrução pública descontinuaram e proibiram as atividades jesuítas nos territórios portugueses, assim como o uso de seus livros. Além disso, foram estabelecidas as aulas régias, que deveriam ser ministradas somente pelos professores aprovados em um exame – também instituído nas peças legislativas. O Alvará de 27 de agosto de 1758 define a criação de escolas públicas, mas, somente com a Lei

de 10 de novembro de 1772, é criado um imposto cuja arrecadação seria usada em favor da instrução pública. Destacam-se, ademais, a recomendação do ensino de línguas vivas, a obrigatoriedade do uso de português (e proibição da Língua Geral) e o controle da circulação de livros pela Real Mesa Censória.

No que diz respeito ao levantamento, fase inicial dos procedimentos metodológicos, 245 textos foram selecionados por abordarem a instrução pública. Este número, uma vez que corresponde a 49.2% de todas as publicações sobre o pombalismo encontradas, indica a importância e o interesse atribuídos às reformas empreendidas na educação. A análise das representações nesses textos, realizada para contribuir com a renovação dos estudos pombalinos, culminou com a emergência de oito grupos, em ordem crescente de recorrência: unificador, libertador dos índios, criador da escola pública, revolucionário, eficiente, modernizador, promotor da decadência da educação e poderoso/centralizador. Logo, na historiografia brasileira, Carvalho e Melo é recorrentemente associado a amplo poder, e as reformas na instrução pública são mais frequentemente compreendidas como retrocesso. Além disso, não é possível afirmar que há uma relação direta entre as fontes usadas e as representações (re)produzidas, pois, por exemplo, autores que citaram a *A cultura brasileira*, de Fernando de Azevedo, não necessariamente descreveram as reformas como decadentes, em acordo com o entendimento do pesquisador. Cabe ressaltar, porém, que o impacto dessa obra é evidente nos estudos acerca dessa temática, considerando que ela foi a mais referenciada nas publicações analisadas. Surge, dessa maneira, a necessidade de compreender de forma mais detalhada como ela impactou os estudos sobre as reformas pombalinas na educação.

A análise das representações também demonstrou que o pombalismo é frequentemente caracterizado como sendo o trabalho de Pombal, de um único homem, quando, na verdade, trata-se do resultado de um processo que teve início no reinado de D. João V e contou com diversas influências, como a das obras de Verney e Sanches, de acordo com Carvalho (1978).

Quanto às fontes, constatou-se que as produções da historiografia são as mais recorrentes, especialmente os livros, ao passo que as fontes documentais, com destaque para a legislação, aparecem somente em cerca de 25% das publicações, o que indica que muitos estudos são fundamentados somente na interpretação de outros autores acerca das reformas pombalinas. Os dados ainda indicam a necessidade de considerar os desdobramentos locais do pombalismo, uma vez que a maioria dos estudos aborda o tema a partir de uma perspectiva mais geral.

Por fim, cabe ampliar a pesquisa realizada de forma a incluir a análise de outras produções científicas como relatórios de pesquisa, publicações em anais de evento, trabalhos de conclusão de curso, assim como teses e dissertações que se debruçam sobre a temática, para uma compreensão mais ampla.

Referências bibliográficas

- ALVES, G. L. As Reformas Pombalinas da Instrução Pública no Brasil Colônia: mapeamento prévio para a produção do estado da arte em história da educação. Projeto 20 anos de HISTEDBR: **Navegando pela História da Educação Brasileira**. Faculdade de Educação, UNICAMP, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://cutt.ly/BxoqGb7>. Acesso em: 13 mar. 2020.
- BURKE, P. **O que é História Cultural?** Trad. Sergio Goes de Paula. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- CARVALHO, L. R. de. **As reformas pombalinas da instrução pública**. São Paulo: EDUSP/Saraiva, 1978.
- CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. 2. ed. Lisboa: DIFEL, 2002.
- FONSECA, T. N. de L. e. Historiografia da educação na América Portuguesa: balanço e perspectivas. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, v. 14, n. 14, p. 111-124, 2009.
- FRANCO, J. E.; RITA, A. **O mito do Marquês de Pombal: a mitificação do primeiro-ministro de D. José pela maçonaria**. Lisboa: Prefácio, 2004.
- HALL, S. **Cultura e representação**. Trad. Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Apicuri, 2016.
- HILSDORF, M. L. S. **História da educação brasileira: leituras**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.
- MAXWELL, K. **Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- OLIVEIRA, L. E. A invenção da tradição e o mito da modernidade: aspectos principais da legislação pombalina sobre o ensino de línguas. In: OLIVEIRA, L. E. (Org.) **Legislação pombalina sobre o ensino de línguas: suas implicações na educação brasileira (1757-1827)** 1. ed. Maceió: Edefal, 2010, p. 13-48.
- PORTUGAL. **Collecção da Legislação Portuguesa desde a ultima compilação das ordenações oferecida a El Rei Nosso Senhor pelo Desembargador Antonio Delgado da Silva**. Legislação de 1750 a 1762. Lisboa: na Typ. de L. C. da Cunha. 1830. Disponível em: <https://cutt.ly/YxowoRq>. Acesso em: 20 set. 2019.
- PORTUGAL. **Collecção da Legislação Portuguesa desde a ultima compilação das ordenações oferecida a El Rei Nosso Senhor pelo Desembargador Antonio Delgado da Silva**. Legislação de 1763 a 1774. Lisboa: na Typ. de L. C. da Cunha. 1858. Disponível em: <https://cutt.ly/5xoqQZS>. Acesso em: 20 set. 2019.
- SAVIANI, D. As Concepções Pedagógicas na História da Educação Brasileira. **Projeto 20 anos do HISTEDBR**, Campinas, p. 01-35, 2005. Disponível em: <https://cutt.ly/bxowqsP.pdf>. Acesso em: 20 set. 2019.
- TEIXEIRA, I. **Mecenato pombalino e poesia neoclássica: Basílio da Gama e a poética do encômio**. São Paulo: APESP/EDUSP, 1999.
- TEIXEIRA, F. C.; RODRIGUES, H. E.; CALDAS, P. S. P.; TURIN, R. **Metodologia da Pesquisa Histórica**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2014.
- VIDAL, D. G.; FARIA FILHO, L. História da educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 37-70, 2003.